

**Ata n.º 9/2025**  
**Assembleia Intermunicipal da**  
**CIM-RC**

No dia **30 de junho de 2025**, pelas dez horas na sede desta CIM RC, deu-se início à **nona** sessão da Assembleia Intermunicipal (AI) da CIM RC, para a qual foram convocados os respetivos membros, de acordo com a alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

Verificou-se que não estavam presentes os seguintes membros: Érica Castanheira, Aidil Machado, João Viais, João Portugal, Rosa Reis, Edgar Gonçalves, Sofia Martins, Elisa Simões, Telma Salvador, Maria de Lurdes Mesquita, Ricardo Soares, Luís Dias, José Clara, Maria Cristina Sousa, Carlos Mendes, Micaela Costa, Maria Cristina Dinis, António Mendes Lopes, Ana Rita Saldanha, António Rosado, António Fonseca Nina e Paula Ribeiro tendo sido justificadas as ausências.

Encontravam-se presentes os restantes membros, conforme consta da lista de presenças que passará a constar como anexo número um à presente ata.

A representar o Conselho Intermunicipal da CIM RC esteve o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), Emílio Torrão, bem como o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

De acordo com o estatuído na alínea b) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, dirigiu os trabalhos o Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal (AI), José Brito, face à ausência justificada do Sr. Presidente da AI, Dr. Luís Marinho.

**1. Apresentação Relatório Draghi - Dr. Carlos Morais Pires – Para conhecimento**

O Vice-Presidente da AI, José Brito, cumprimentou todos os presentes informou da impossibilidade de presença do Sr. Presidente da AI, Dr. Luís Marinho, que por razões de saúde não pode estar presente desejando-lhe as rápidas melhoras. Chamou para a mesa o Presidente da AM de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes.

Tomou a palavra Carlos Morais Pires, Conselheiro político na Representação da Comissão Europeia em Portugal, agradecendo o convite que lhe foi dirigido para estar presente nesta sessão de trabalho e falar do relatório Draghi. Fez uma breve resenha histórica sobre os 40 anos de Portugal na União Europeia, os benefícios desta união, a afirmação do seu compromisso com os valores europeus e a contribuir ativamente para desenhar, com os seus parceiros, o futuro da EU. Recordou que o antigo Presidente do BCE, Draghi, foi convidado pela Presidente Ursula von der Leyen a apresentar um diagnóstico independente sobre como reforçar a competitividade da Europa tendo-se chegado à conclusão de que a Europa tem estado a perder competitividade.

O Conselheiro munido da apresentação que pode ser disponibilizada pelos membros deste órgão, analisou as prioridades da União Europeia, os desafios, o crescimento económico, o perfil da população, o contexto “estado da União”. O Dr. Carlos Pires partilhou conhecimentos valiosos sobre o relatório Draghi, investimento e o compromisso com as entidades locais.

Interveio Manuel Rocha, membro da AM de Coimbra, dizendo ter ouvido com atenção as explicações fornecidas, porém lembra que os dados da por data e do cenário presente em Portugal

de jovens sem colocação no mercado de trabalho “e esta é uma questão de natureza económica, natureza humana e civilizacional” e em seu entender que não é tratada devidamente.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo sobre as linhas de desenvolvimento no nosso país “ao quadro aqui, que é um quadro bastante preocupante, que é o da construção de rodovia em função da distribuição da ferrovia e essa é uma questão também importante, nomeadamente à nossa comunidade intermunicipal. onde muitos quilómetros de ferrovia, como sabemos, foram destruídos em nome, enfim, de um progresso. É sobretudo haver com um incremento ao transporte rodoviário, como sabemos, tem grandes problemas de natureza ambiental e destruindo ao focado vias de comunicação que eram essenciais e que de alguma forma informar a colocação das pessoas no eixo desenvolvimento.

Sobre a questão da ciência entende ser “um importantíssimo capítulo das nossas vidas, mas devemos recordar aqui que grande parte dos nossos cientistas não servem para nada no nosso país. Devemos recordar aqui grande parte da equipa que são os bolséis de investigação são ao fim ao cabo, investigadores não têm o reconhecimento do seu trabalho, não têm o reconhecimento sequer de um estatuto profissional.”

Recordou que se deve regressar ao tempo em que o interesse Público” o interesse de cada um de nós se sobrepõe ao interesse da construção dos interesses privados” referindo a questão do Hospital do Covões e do panorama hospitalar “suficientemente bom para as nossas necessidades”, no entanto o interesse publico acabou por ser “torpedeado por interesses privados”. Para si o progresso é uma ferramenta que pode ser inimiga dependendo da pessoa que a utiliza, dando como exemplo a construção de Centrais fotovoltaicas e com elas a ocupação e a degradação de áreas de elevado valor ecológico e a perda da biodiversidade.

Tomou a palavra o membro João Malva, da AM de Coimbra, questionando sobre o relatório Draghi “até quando é que o relatório e toda a estratégia da Europa pode ser esvaziada por imposições externas e qual o papel dos cidadãos em reclamar o nosso futuro.”

O Eng. Carlos Pires agradece as reflexões políticas, para as quais não tem resposta, que podem ser encaradas de muitos ângulos e que todos podem fazer parte da solução. Recordou a título de exemplo o evento na qual participou, “Academia Europa”, realizado no ano passado na Pampilhosa da Serra e que reuniu estudantes nacionais discutindo o futuro da União Europeia olhando para os problemas, para os compromissos necessários quer ao nível da sociedade quer ao nível da área governativa.

O Secretário Executivo Intermunicipal recordou que na cimeira Cotec Europa, realizada em Coimbra, na qual Mário Draghi alertou para os desafios e a encruzilhada em que se encontra a Europa. Prosseguiu a sua intervenção abordando as constantes alterações da gestão do que chamou de “tripla hélice” a pressão para a execução, a preocupação para o pós ciclo 2030 associada aos fundos de coesão e por outro a incorporação dos novos domínios de política pública dando exemplos dos domínios que a CIM se encontra a incorporar nas reprogramações de meio termo dos instrumentos de política de coesão. Destacou também que o Parlamento Europeu, em votação

recente, aprovou a proposta de prolongamento do prazo para utilização dos fundos do PRR e dos planos nacionais associados, porém a Comissão Europeia não concordou com essa extensão.

Chamou a atenção para a proximidade de “momentos de pressão no futuro quando estamos a desenhar o próximo ciclo da futura da futura política de coesão”.

#### **A AI tomou conhecimento.**

#### **2. Relatório de Prestação de Contas Consolidadas 2024 – Apreciação e votação**

Foi apresentado ao órgão deliberativo desta CIM RC o relatório de prestação de contas consolidadas de 2024, em cumprimento da obrigatoriedade estabelecida pelo artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que define o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. O Presidente do CI saudou todos os presentes e de seguida passou a palavra ao Secretário Executivo Intermunicipal apresentou o resumo detalhado dos documentos previamente distribuídos. Acrescentou tratar-se do primeiro ano de elaboração de demonstrações financeiras consolidadas devido à constituição da entidade “AGIT – Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, E.I.M., S.A” e da publicação dos estatutos da entidade “*Instituto Superior Miguel Torga*”. Referiu os normativos legais e detalhou os métodos e os perímetros de consolidação das duas entidades, assim como os resultados financeiros positivos de 2024, do ISMT.

Tomou a palavra o membro João Malva, da AM de Coimbra, questionando sobre a sustentabilidade do ISMT face às ressalvas apontadas na certificação legal de contas pelo ROC e a “inquietude dos estudantes” evidenciada devido à sua não acreditação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. De igual modo agradece esclarecimentos sobre os gastos com pessoal aposentado do referido Instituto, podem vir a ser impactados por estas circunstâncias.

Em resposta o Secretário Executivo Intermunicipal elucidou que caberá à tutela a decisão, que ainda não está decidida a providência cautelar interposta da não acreditação por parte da A3ES, o impacto só se saberá após o encerramento do período de candidaturas. A resposta perante os compromissos informou o Instituto tem ativos, excluindo os ativos patrimoniais, que lhe permite responder aos créditos laborais.

O Presidente do CI acrescentou que a CIM está a envidar todos os esforços junto do Governo para resolver esta questão o mais rapidamente possível. Saliu que a tarefa que a A3ES reservou à direção é “ciclópica pois é condensada no tempo”. No que concerne à questão da diminuição de alunos diz ser “uma consequência natural da desinformação e da falta de sensibilidade e da avidez de notícias, mas está a ser feita uma verdadeira campanha promocional e de comunicação” acreditando que vai resultar apesar de saber dos impactos negativos daí resultantes. Quanto à questão das dívidas a funcionários “é uma velhíssima questão” que há respeito pelos acordos feitos anteriormente.

Sobre a atividade da AGIT o Presidente desta entidade disse que a CIM já irá beneficiar porque os cartões e os títulos de transporte a utilizar já resultam da atividade da referida Agência.

Por fim o Presidente do CI em nome da CIM RC agradeceu os contributos para a melhoria da nossa ação política e executiva.” Dizer também que foi sempre um prazer lidar convosco, foram assembleias de grande elevação e também de conteúdo que nos enriqueceu a todos as

intervenções que todos são sempre um contributo para a melhoria do nosso conhecimento e do horizonte da nossa realidade e da nossa atividade política. Salientou que foi com grato prazer “que todos nós também vos servimos como membro executivo na afirmação de uma comunidade que hoje cada vez mais se afirma em Portugal como uma comunidade intermunicipal exemplar. Como também na Europa, nós hoje somos convidados não temos capacidade de resposta para os convites que temos para demonstrar os nossos projetos, que são projetos que são indicados pela Comissão Europeia, como projetos de boas práticas na medida do possível, espalhamos por todos os continentes. Neste momento, já apresentamos projetos nossos em todos os continentes e também dar nota de que muito brevemente, quase que ultrapassaremos em termos globais na nossa ação direta e indireta em termos de captação de fundos, superávamos muito os fundos que para que estamos no nos programas operacionais nacionais, hoje estamos cada vez mais empenhados em redes transeuropeias e a implementar projetos verdadeiramente inovadores. Isso deve-se ao trabalho de todos, inclusivamente do vosso contributo e da vossa grande inovação e da vossa grande dedicação à nossa causa e por isso bem-haja à Comunidade intermunicipal que o futuro Reserve neste momento os mesmos atributos e as mesmas os mesmos resultados.”

O Vice-Presidente da AI agradeceu, em seu nome e também do senhor Presidente Luís Marinho toda a colaboração do apoio técnico da CIM RC, do Senhor Presidente do CI, assim do Secretário executivo e de todos os membros desta Assembleia.

**A Assembleia Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar as contas consolidadas do ano 2024.**

\*\*\*\*\*

Antes de encerrar os trabalhos, o Vice-Presidente da Mesa, agradeceu a colaboração de todos solicitou aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

Não havendo objeções, a ata e as deliberações foram aprovadas em minuta.

Nada mais tendo sido tratado, e sendo cerca das onze horas e vinte minutos foi lavrada para constar a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

---

(Vice-Presidente da Mesa)

---

(Secretário da Mesa)